

NEPPALNúcleos de Estudos, Participação e Propostas de Atividades Livres
Rua Camilo Carrera, 228 - CEP 04331-000 - Jabaquara

Tel.:(0XX11) 5677- 8913

w.w.w.geocities.com/neppal - e.mail : neppal@yahoo.com

Os Justiceiros

A Ordem Social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. (Art. 193 da Constituição Federal.)

A comoção social desta semana estampada nas diversas mídias demonstra que há um segmento de profissionais de alguns canais de televisão que se postaram de representantes dos pais do jovem e da adolescente para praticarem atos de vingança por conta dos bárbaros assassinatos consumados.

Os órgãos de Estado responsáveis por aplicação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, emprego e segurança pública falham - há dezenas de anos - priorizando o endeusado mercado (onde mandam os verdadeiros beneficiários da exploração capitalista), e onde uma das virtudes humanas não é exercida pela maioria dos brasileiros: a SOLIDARIEDADE.

Se nossos representantes do Poder Público - responsáveis pela aplicação das leis - garantissem a cidadania e a justiça social teríamos um enorme contingente de maus profissionais atrás das grades, pois há a Lei de Imprensa que determina a proibição de incitamento e apologia à violência; há a Lei de Comunicação que define punições aos meios de comunicação que divulgam notícias truncadas; e há o Estatuto da Criança e do Adolescente que determina a proibição de uso de qualquer meio que identifique o adolescente autor de ato infracional. Aliás a Constituição determina - no Art. 5º. - que é inviolável o direito de imagem, a presunção de inocência até sentença transitada em julgado, o direito ao devido processo legal e o direito ao contraditório.

A maioria dos profissionais de comunicação desprezam as leis que punem as violações acima elencadas, e os âncoras dos programas como o Cidade Alerta da Rede Record, o Brasil Urgente da Band e o Repórter Cidadão(sic) da Rede TV levam para dentro das casas do cidadão comum a violência e a criminalidade agredindo crianças e adolescentes, e criam um clima de pânico atemorizando as famílias como se os casos estivessem acontecendo no quintal ao lado.

Por outro lado temos um Governo Federal cujo Presidente foi eleito para criar 10 milhões de emprego e só nesse ano já provocou o aumento do desemprego em mais 1 milhão; o Governo Estadual tem um cancro como a **FEBEM (Fundação do Mal-Estar do Menor)** que consome várias centenas de milhões de reais despejando na rua adolescentes cada vez mais violentos, visto que esta Fundação é uma verdadeira Universidade do Crime; já no Município temos uma Prefeita que aceita discutir revisão do ECA só para agradar a mídia esquecendo-se (???) de que ela reduziu à metade as verbas para a Educação, pagou dívida de precatórios ilegais e quase dobrou a dívida do Município, sem contar que a política pública para a criança e adolescente está um caos. Salva-se, nesse contexto, o DD. Ministro da Justiça Sr. Márcio Thomaz Bastos que declara em alto e bom som que é radicalmente contra o rebaixamento da imputabilidade penal.

Não esqueçamos que a dívida brasileira interna e externa cresce como buraco negro (quanto mais se paga mais cresce). Isso só é possível graças a acordos eleitoreiros que colocaram um partido no Poder Municipal e Federal para encher as burras de banqueiros e manipuladores do mercado financeiro.

Justiça é dar a cada um, no tempo devido, o que ele tem direito.

Nov-15/2003

José Roberto Alves da Silva

***Coordenador do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública e do
Grupo de Trabalho pelo Fechamento da FEBEM***

